

Juro tabelado não pára o BC

Mailson determina realização de leilões às taxas adequadas

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, instruiu ontem o Banco Central a continuar operando no mercado de títulos normalmente, praticando taxas de acordo com a necessidade de colocação de títulos públicos, sem levar em conta o limite de 12 por cento de juros reais aprovado pela Constituinte em segundo turno já que, no entendimento do Governo, o parágrafo terceiro do Artigo 179 não é auto-aplicável e depende, para entrar em vigor, de legislação complementar.

"Como a intenção dos constituintes não foi inviabilizar o País" — observou o ministro — "esperamos que o tabelamento não seja auto-aplicável, já que falta na legislação brasileira a definição jurídica do que seja taxa real de juros". O leilão de títulos da quarta-feira, suspenso porque no exato momento se estava votando a questão do tabelamento na Constituinte, será realizado normalmente. Ontem mesmo o Banco Central realizou outro leilão, desta vez de OTN cambial.

Preocupado em não criar pânico no mercado financeiro, Mailson recusou-

se a dizer se tinha alguma sugestão para encaminhar um projeto de lei regulamentando os 12 por cento, não aceitando nem mesmo expor, como economista, seu próprio conceito do que seja taxa real de juros. "Não estou dizendo que o tabelamento inviabiliza o País, depende de como for regulamentado" — reafirmou.

Além do conceito de juro real — definido, em economia, como a parcela do percentual de remuneração ou custo do dinheiro que fica acima da inflação — o Ministério da Fazenda quer saber também qual será o índice de inflação que deverá ser tomado como referência pelo novo dispositivo constitucional.

Fora as operações de compra e venda de papéis do Tesouro no mercado, com as quais o Governo financia seus déficits de caixa e rola sua dívida interna, a Fazenda está preocupada também com a questão dos empréstimos externos, principalmente do Banco Mundial, destinados a repasse interno para empresas e produtores rurais.

O Banco Mundial opera com taxas flutuantes de juros, baseadas numa cesta de moedas dos países onde capta recursos para emprestar ao Brasil e outros

países-membros do sistema FMI-Bird. Estas taxas variam em função dos custos de captação dos recursos, que por sua vez dependem das cotações e mesmo da inflação em cada uma destas moedas com que opera a instituição. Supondo que estivesse operando somente com dólar e tenha dado um empréstimo ao Brasil para repasse aos produtores rurais, em cruzados, como seria calculada a taxa real de juros?

— Seria pela inflação americana ou brasileira? — indagou Mailson, dando uma idéia das dificuldades. Além disso, como estes empréstimos são feitos ao produtor em cima dos custos originais de captação do Banco Mundial, mais uma taxa de risco ou de administração (SPREAD), e eventualmente esta taxa pode ficar acima de 12 por cento ao ano, como já aconteceu em outras ocasiões, como ficaria a instituição financeira repassadora? Poderia ou não cobrar acima dos 12 por cento?

Se não puder, o Brasil terá que deixar de captar empréstimos (a taxas favorecidas, como é o caso) de instituições multilaterais como o Banco Mundial e outras, prejudicando seriamente o fechamento do balanço de pagamentos.

YUUGI MAKIUCHI



Mailson vê dificuldades para aplicar tabelamento

Cochrane diz que Governo não agiu

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — O banqueiro Léo Wallace Cochrane, vice-presidente do Banco Noroeste e apontado como futuro sucessor de Antônio de Pádua Rocha Diniz na presidência da Febraban — Federação Brasileira das Associações de Bancos — responsabilizou ontem o Governo pela aprovação de dispositivos constitucionais "absurdos", entre os quais o tabelamento de juros bancários, de acordo com a proposta do deputado Fernando Gasparian.

"O Governo prometeu se empenhar contra esse tipo de coisa, mas, no final das contas, não conseguiu nada", reclamou o banqueiro, revelando que o setor promoveu vários encontros com autoridades do Governo e com alguns parlamentares tentando mostrar o inconveniente da aprovação desse dispositivo. Cochrane culpou também a pressa dos parlamentares em finalizar a Constituinte como responsável por alguns dispositivos contrários aos interesses dos banqueiros, como o perdão da dívida de micro e pequenos empresários e agricultores.

O banqueiro depositou esperanças, porém, na le-

gislação complementar, como forma de remediar o que foi aprovado. "Vamos ter de esperar a regulamentação de alguns pontos, como a questão do juro real", disse.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, depois de criticar o absurdo da medida, disse que o tabelamento de juros destruirá a política monetária do Governo e poderá provocar algumas consequências graves para a economia em geral, como a desintermediação financeira e a transferência de ativos financeiros para ativos reais, como ouro e dólar, quebrando o fluxo de financiamento do setor produtivo.

Do lado do setor produtivo, por enquanto prevalece o silêncio em relação aos temas polêmicos aprovados nesse esforço final de trabalho constitucional. Ainda atordoados com a aprovação de uma série de dispositivos que contrariam seus interesses, ao mesmo tempo em que o Governo bombardeou as iniciativas de um entendimento entre trabalhadores e empresários, os dirigentes da Fiesp estão fazendo um completo levantamento das repercussões das medidas para um pronunciamento oficial na próxima semana.

BC garante respeitar a Constituinte

O presidente do Banco Central, Elmo Camões, divulgou nota ontem situando o BC no contexto do limite de 12 por cento para os juros reais, aprovado pela Constituinte. De acordo com Camões, o BC está "aguardando a interpretação dos órgãos jurídicos do Governo sobre a eficácia da norma", isto é se ela poderá ser aplicada sem lei complementar ou não.

RESPEITO

Apesar disso, o presidente do BC considera que, tendo entrado em vigor, o limite para os juros terá de ser respeitado pelas instituições financeiras. O BC já estuda as medidas para a adequação do sistema financeiro à nova realidade, assim como as implicações do teto dos juros na condução da política monetária. Para o controle do volume de moeda em circulação, o Banco Central tem de fazer uso de taxas de juros maiores ou menores, conforme o momento. A nova Constituição vai podar a mobilidade da autoridade monetária. Críticos da política monetária a atual, entretanto, consideram a limitação saudável, por entenderem que o BC pratica taxas abusivas.

Keyler revela que banco já tem estratégia

Rio — O Banco Central já dispõe de um elenco de medidas para serem implementadas tão logo seja promulgada a Constituição, e cujo objetivo principal é compensar o tabelamento dos juros reais em 12 por cento ao ano. Foi o que admitiu ontem, sem entrar em detalhes, o diretor da área bancária do BC, Keyler de Carvalho Rocha, ao participar de um encontro, no Hotel Glória, promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, quando criticou a aprovação do tabelamento, no segundo turno da Constituinte.

O diretor do Banco Central disse que o tabelamento dos juros reais em 12 por cento ao ano vai promover um novo direcionamento de aplicações, para ativos mais fortes, como imóveis, ouro e dólar. Ele também negou qualquer perspectiva de demissão da diretoria do BC, e inclusive acrescentou que ontem mesmo o Banco emitiu, para as bolsas de valores e os dealers, um comunicado confirmando a permanência de todos os diretores.



Keyler de Carvalho

BB perde Cz\$ 377 bi com anistia

Porto Alegre — O presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, advertiu ontem que a anistia fiscal vai causar um prejuízo de Cz\$ 377 bilhões a todo o sistema financeiro, sendo Cz\$ 128 bilhões à sua instituição. E este prejuízo do Banco do Brasil, conforme ressaltou, será apenas em relação aos seus próprios recursos, ainda sem incluir os do Tesouro Nacional. Mas já ameaçou que os mutuários que recorrerem à anistia não terão novos créditos no estabelecimento.

Reafirmando que será cortado o crédito daqueles que tentarem se beneficiar da medida, o presidente da instituição classificou a anistia de injusta porque "beneficia quem precisa e também quem não precisa, com todos pagando". Segundo ele, poderão recorrer à anistia dois milhões de contratos — 1,3 milhão na área rural e 700 mil urbanos —, a população inteira vai pagar.

JUROS

A limitação dos juros reais em 12 por cento ao ano, decisão mantida no 2º turno de votação pela Assembleia Nacional Constituinte, "tem o triste mérito de perpetuar a correção monetária na economia brasileira, num momento em que todas as pessoas responsáveis anseiam pelo fim dos instrumentos de indexação dos preços", comentou o presidente do Conselho Federal de Economia, Luiz Alberto Gomes de Oliveira, ontem, no Rio.

Setor produtivo pode reaquecer

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

Uma das primeiras consequências que poderão ocorrer com a decisão da Assembleia Nacional Constituinte de tabelar os juros em 12 por cento, é a de desacelerar o ritmo da especulação no mercado aberto, abrindo possibilidade para o aquecimento das atividades produtivas em detrimento das atividades especulativas, segundo admitiu ontem um economista da assessoria econômica do Ministério da Fazenda.

O mercado aberto, também conhecido como overnight, diz o economista, tem sua existência, hoje, ligada basicamente à necessidade de o Governo financiar diariamente a sua dívida pública interna. É através dele que o Governo lança títulos da dívida pública para levantar recursos capazes de fazer face ao aumento da despesa crescente em relação à

queda da receita, devido à aceleração inflacionária. Caso o sistema financeiro se negue a continuar financiando o Governo, que não poderá pagar juros acima de 12 por cento, por lei, o mercado aberto sofrerá processo de desaceleração.

ALTERNATIVA

No entanto, com o tabelamento o Governo perderá um importante instrumento de política monetária, porque é através do over que ele se financia e ao mesmo tempo enxuga a liquidez do mercado. Entretanto, se os bancos se negarem a financiar o Governo pelas novas regras fixadas pela nova Constituição não lhe restará outra alternativa senão seguir o caminho trilhado pelo governo boliviano. Este somente passou a gastar o que dispõe em caixa, nada mais.

Mas, se os bancos continuarem financiando o Governo mesmo a uma taxa

máxima de 12 por cento, este sairá ganhando porque terá um custo mais baixo de rolagem da dívida pública interna. Resta saber se os bancos conseguirão captar dinheiro a um custo menor do que os 12 por cento para emprestar a essa taxa. Quem estaria disposto a aplicar nos bancos a uma taxa de juros abaixo de 12 por cento quando a inflação mensal está acima dos 20 por cento?

Uma outra consequência que poderá ocorrer, segundo o assessor, é a possibilidade de os aplicadores, sem ter como proteger suas poupanças da inflação, correrem para outros ativos. Nesse caso haveria grande especulação com ativos fixos, imóveis principalmente, e se configuraria um panorama diferente do que o que se verifica atualmente na economia: a atividade especulativa poderia dar vez à atividade produtiva.